



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO CONSUMIDOR E BEM ESTAR ANIMAL

DOCUMENTO: Projeto de Lei Ordinária nº 78/2025 – protocolo nº
PROCEDÊNCIA: Ver.^a Márcia Fumagalli
ASSUNTO: Institui a Cavalgada Natalina no Município de Uruguaiana
RELATOR: Ver. Mano Gás

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 78/2025, de autoria do Ver.^a Márcia Fumagalli, protocolado nesta Casa sob o nº /2025, que **Institui a Cavalgada Natalina no Município de Uruguaiana**

PARECER

Esta comissão analisou o Projeto de Lei em referência, que dispõe sobre a instituição da Cavalgada Natalina no município de Uruguaiana, iniciativa que tem por objetivo valorizar a cultura local e promover a integração da comunidade durante as festividades de final de ano.

Cumprе ressaltar que, embora se trate de um evento de caráter cultural, a realização de cavalgadas e atividades que envolvem animais deve obrigatoriamente observar as normas legais de proteção animal e ambiental vigentes, de modo a garantir o bem-estar dos animais participantes e a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, destacamos:

- A Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), que estabelece sanções para práticas que resultem em maus-tratos ou abusos contra animais.
- Decreto Federal nº 24.645/1934, que dispõe sobre medidas de proteção aos animais, reconhecendo-os como seres passíveis de cuidados e proteção.
- Constituição Federal, art. 225, que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, incluindo a proteção da fauna.
- Legislação municipal vigente sobre proteção animal e normas sanitárias, que deverão ser rigorosamente observadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA PORTALECIBAI

Além disso é importante salientar que a execução da Cavalgada esteja condicionada ao estrito cumprimento das normas legais aplicáveis, garantindo:

- A integridade física e o bem-estar dos animais utilizados;
- A presença de equipe de fiscalização competente durante o evento;
- Condições adequadas de transporte, alimentação, hidratação e descanso dos animais;
- A preservação ambiental das áreas por onde a cavalgada transitar.

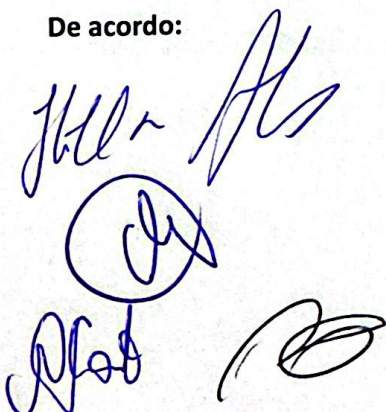
Dessa forma, em respeito a legislação vigente, prezamos pela realização desse evento como forma de um instrumento de lazer e identitário dos cidadãos e cidadãs que vivenciam os costumes gaúchos e o resgate da tradição de nossa gente.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 78/2025, destacando sua importância histórico-cultural para nossa comunidade.

Sala das Comissões, em 5 de setembro de 2025.


Ver. MANO GAS
Relator

De acordo:



Contrário: